



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
"MULHERES, GÊNERO E SUSTENTABILIDADE"

OLHARES DECOLONIAIS PARA PRESENCAS DAS SEM TERRAS NA AUTORIA DA AGROECOLOGIA¹

CORADIN, Cristiane²; SCHWENDLER, Sonia Fátima³

² Mestre em Extensão Rural, Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, cristianemottimcoradin@gmail.com

³ PhD em Estudos Ibéricos e Latino Americanos pela University of London. Professora da Universidade Federal do Paraná, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Educação.

RESUMO

Este resumo é parte dos resultados preliminares da pesquisa de doutoramento da primeira autora. Baseadas em uma perspectiva epistemológica das ausências, emergências e feminista, buscamos compreender quais são as ausências e as emergências que os protagonismos das mulheres Sem Terras têm gerado na construção da agroecologia no Estado do Paraná, problematizando estas questões desde bases teóricas decoloniais. Constatamos que as mulheres têm se apropriado da agroecologia a partir da construção de hortas, pomares e agroflorestas, destacando-se, assim, na construção de redes agroalimentares e de agroecologia. Esses processos têm favorecido o empoderamento feminino destas mulheres, ao mesmo tempo em que têm retroalimentado essas construções individuais e colaborativas. No entanto percebemos que as mulheres continuam realizando a maior parte dos trabalhos domésticos. E também que esse processo se dá em constante tensão com a colonialidade do poder, de gênero e da natureza, tanto dentro das famílias, lotes e territórios da reforma agrária, quanto nas redes das quais participam. Também constatamos que as mulheres, embora tenham se apropriado e sustentem as experiências agroecológicas neste Estado, ainda não se apropriaram da autoria da agroecologia neste Estado, influenciando na produção e apropriação estadual de uma concepção de agroecologia como modo de vida. Para fazer frente a essas tensões, as solidariedades femininas e feministas em redes feministas e de agroecologia tem sido fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, gênero, ecofeminismos; agroecologia.

INTRODUÇÃO

Este resumo é produto de parte dos resultados preliminares da pesquisa do doutoramento da primeira autora, cujo objetivo foi, através dos protagonismos das mulheres Sem Terras, compreender as relações entre reconstruções de gênero e processos agroecológicos em contextos de Reforma Agrária no Estado do Paraná.

Na esteira de estudos de gênero rurais contemporâneos (NEVES e MEDEIROS, 2013), buscamos compreender invisibilidades e desigualdades de gênero na construção da agroecologia, bem como destacar emergências proativas das mulheres na construção de relações de gênero equitativas e contextualmente situadas.

Para isso, nos aproximamos de estudos feministas decoloniais e pós-coloniais realizados na América Latina, principalmente a partir dos anos 2000 (LUGONES, 2008; KIAN, 2010; MIÑOSO, CORREAL y MUNHOZ, 2014), do campo de estudos ecofeministas e, das proposições epistemológicas das sociologias das ausências e das emergências, tal como compreendidas por Sousa Santos (2008).

¹ Este resumo resulta de dados preliminares da pesquisa de doutorado da autora. Este projeto é financiado pelo CNPQ.



METODOLOGIA

Para realização deste estudo realizamos pesquisa social, composta de pesquisa documental e pesquisa de campo, baseada na metodologia da história oral e observação de campo.

Minayo (2001, p. 59-60) afirma que, “[...] em relação à *história de vida*, como estratégia de compreensão da realidade, sua principal função é retratar as experiências vivenciadas, bem como as definições fornecidas por pessoas, grupos ou organizações”.

Na presente pesquisa optou-se pela história oral tópica que é aquela que “focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão. [...] Nesse procedimento metodológico, destacamos a noção de entrevista em profundidade que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante” (MINAYO, 2001, p. 59-60).

Para obter-se abrangência estadual, de abril a outubro de 2018, foram realizadas observações de campo, entrevistas com mediadoras localizadas em sete das oito cidades onde houveram jornadas de agroecologia ao longo desses 17 anos. Das quais: (21) mediadoras sócio-políticas da Reforma Agrária; (2) entrevistas com professoras de universidades estaduais; (3) agentes de assistência técnica e extensão rural; (2) mediadoras de organizações não governamentais; e (1) mediadora de sindicatos de trabalhadores rurais.

Nos acampamentos e assentamentos próximos às cidades de Curitiba e da Lapa (Contestado), de Ponta Grossa (Emiliano Zapata), de Cascavel (Valmir Motta) e de Londrina (Eli Vive I e II), também foi possível fazer observações de campo e entrevistas com mais (23) acampadas e assentadas de Reforma Agrária. Sendo que do total dessas (23) entrevistas, (18) foram realizadas no Acampamento Emiliano Zapata, com objetivo de compreender em profundidade o cotidiano dessas reconstruções de gênero.

Essas informações foram complementadas pelo estudo bibliográfico e tratamento de dados coletivos complementares, obtidos através do Projeto de Pesquisa sobre as Trajetórias das Jornadas de Agroecologia, constituídos por cartas políticas, programações e cartilhas de formação das jornadas, questionários estruturados (40) e, entrevistas semiestruturadas (3).

Colonialidade do poder, de gênero e da natureza

De acordo com a perspectiva epistemológica pós-colonial e decolonial adotada, incorporamos as noções de colonialidade do poder, colonialidade de gênero e, colonialidade da natureza, aos estudos de gênero e agroecologia em ruralidades, como uma possibilidade interpretativa.

Sobre a constituição da colonialidade do poder na América Latina, Quijano (2015) esclarece que:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido (QUIJANO, 2005, p. 117).

Essa lógica de classificação social racializada foi naturalizada e acoplada na estrutura das relações

capitalistas de trabalho estabelecidas nas colônias em relação às metrópoles, assegurando diferentes papéis sociais às diferentes raças e identidades na estrutura global do trabalho. “Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados, reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se” (QUIJANO, 2005, p. 118).

Catherine Walsh (2009), ao refletir sobre processos de colonialidade do poder, interculturalidade e pedagogia intercultural na América Latina, torna-se clara a compreensão da colonialidade da natureza como uma das dimensões constitutivas da colonialidade do poder. Ela destaca os processos de destruição cognitivo-cultural vivenciados pelos indígenas, negros e mulheres nas Américas, com uma das dimensões constitutivas da colonialidade do poder. Sobre a colonialidade da natureza ela entende que:

É a colonialidade cosmogônica ou da mãe natureza, que se relaciona à força vital- mágico-espiritual da existência das comunidades afrodescendentes e indígenas, cada uma com suas particularidades históricas. É a que se fixa na diferença binária cartesiana entre homem/natureza, categorizando como não-modernas, “primitivas” e “pagãs” as relações espirituais e sagradas que conectam os mundos de cima e de baixo, com a terra e com os ancestrais como seres vivos. Assim, pretende anular as cosmovisões, filosofias, religiosidades, princípios e sistemas de vida, ou seja, a continuidade civilizatória das comunidades indígenas e as da diáspora africana. (WALSH, 2009. p. 15).

Para o caso brasileiro, compreende-se que a gênese dessa dessacralização e objetificação da natureza se situa ainda no período da colonização portuguesa, dando passos à emergência e hegemonia a uma racionalidade instrumental, utilitarista e dicotômica. Nessa visão, a natureza é vista como um recurso, expropriável e explorável. E o Brasil, como uma grande fonte de extração de recursos (PÁDUA, 1987).

Longe de ter sido erradicada, essa racionalidade de devastação da natureza, embora esteja sendo tensionada, vem sendo ressignificada e atualizada, seja através da modernização da agricultura (GRAZIANO, 1982), ou por meio do domínio do que Van der Ploeg (2008) denomina hoje de impérios alimentares, que são a associação entre capitais transnacionais agroalimentares, capital financeiro (bancos, fundos de investimentos), governos e investidores privados.

Lugones (2008; 2014) propõe e a complexificação da noção de colonialidade do poder, e introduz a categoria de gênero e sexualidade nas lógicas de classificação racial. Dessa forma:

Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. (LUGONES, 2014. P. 935).

Para ela a interseccionalidade entre gênero, sexualidade e colonialidade, se constitui como a matriz de referência de análise, constituindo o que ela denomina como sistema moderno-colonial de gênero (LUGONES, 2008). Frente a isso, como potências para se pensar feminismos decoloniais, a autora destaca a relevância da construção de subjetividades ativas:



A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. (LUGONES, 2014, p. 940).

Para Lugones (2014, p. 941), “[...] descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis social. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação viva do social”.

As autoras ecofeministas, Shiva e Mies (1993), Puleo (2013) e Waren (2003), argumentam que a modernidade e a ciência moderna realizaram a separação entre humanos e natureza. Isso levou a uma exploração intensiva e instrumentalização racional da natureza, a qual deixou de representar um ente material e intersubjetivo vivo e ativo, e em alguns casos vinculado a representações femininas (mãe terra), para se tornar um ente morto e passivo, um recurso natural calculável, mensurável e industrializável.

Nessa produção dicotômica entre homens/natureza, as mulheres continuaram ligadas à natureza, porém, sob critérios hierárquicos de desigualdade. Junto a essa hierarquização sobrepõem-se outros binários de gênero, tais como: cultura/natureza, mente/corpo, razão/emoção, agressividade/passividade; abstração/sensibilidade; sendo os primeiros associados ao masculino, aos homens - superiores, e por isso valorizados e visibilizados, e os segundos, vinculados ao feminino, às mulheres - inferiores, e por isso desvalorizados, desqualificados e invisibilizados. (WAREN, 2003; PULEO, 2013; SHIVA e MIES, 1993).

Essas autoras buscam construir caminhos para a desconstrução das relações de gênero patriarcais e desses binários hierarquizantes de gênero, raça e natureza, a fim de possibilitar reconstruções equitativas de relações de gênero, em associação à construção de uma racionalidade socioambiental emancipatória.

Uma das questões centrais dessa desconstrução é a des-essencialização da relação entre mulheres e natureza, como condição hierárquica de produção da dominação, exploração e expropriação das mulheres e da natureza. Puleo (2013) esclarece que se as mulheres permanecem ligadas à natureza e às atividades de cuidado ainda hoje, porque essa relação tem um caráter socio-histórico e não essencialista.

Shiva (1993) argumenta que se hoje, em determinados casos, algumas mulheres camponesas acionam essas representações de cuidado a identidades de mulheres, relacionando-as à natureza (mulher nutrícia e mãe terra), o fazem como um essencialismo estratégico, com a finalidade de reivindicação política de democratização do cuidado, entendido como preocupação com as vidas das coletividades humanas e não humanas da Terra.

Dessa forma, entendemos que o cuidado com a vida, de si mesmo, do outro e, das coletividades humanas, tal como conceituado por Tronto (2007), incluindo ecossistemas e agroecossistemas terrestres (GLIESSMAN, 2003), entendidos como “naturezas não humanas”, passa a se constituir como categoria política constitutiva de éticas e ontologias ecofeministas críticas pós-coloniais, e isso inclui tanto o cuidado com a natureza própria do organismo humano, quanto o cuidado com as naturezas não humanas.

Consideramos que Vandana Shiva (1993) tece contribuições fundamentais para iniciar novos caminhos teóricos pós-coloniais para pensarmos ontologias ecofeministas desde o sul global.

Maristela Svampa (2015) ao se debruçar sobre as construções de ecofeminismos na América Latina,



destaca a relevância da interseccionalidade na construção dos ecofeminismos populares. Ela argumenta que “[...] los feminismos populares implican una ampliación de las temáticas de discusión respecto del feminismo liberal clásico, pues se busca debatir sobre tierras, territorios, cuerpos y representaciones” (SVAMPA, 2015, p, 129), em relação de ecod dependência com a natureza.

Dessa forma, destaca-se a relevância da categoria cuidado com a vida, território, terras, corpos e representações, como relevante para pensarmos a construção ética e ontológica de ecofeminismos críticos camponeses populares, desde a América Latina.

Agroecologia e emergências ecofeministas

Compreende-se que tensões significativas, entre a colonialidade do poder, de gênero e da natureza, têm ocorrido no Brasil nos últimos 50 anos através da emergência de experiências agroecológicas.

A agroecologia, de acordo com Miguel Altieri (2009, p. 23):

[...] trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e à sociedade como um todo. Ela utiliza o agroecossistema como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, econômicas, sociais e culturais (ALTIERI, 2009, p.23).

Stassart et. al. (2012), admitem que mudanças contemporâneas, no domínio referido e na definição do conceito de agroecologia, permitem distinguir três possibilidades de definição: a primeira, agroecologia como sistemas de produção agroecológica em sentido estrito; a segunda, agroecologia como sistemas alimentares e, finalmente, terceira, agroecologia como estudo da relação entre a produção de alimentos e a sociedade.

No âmbito das relações sociais, analisando processos de ecologização na América Latina, Leff (2014) argumenta que, as dinâmicas e representações produzidas a partir da crítica à racionalidade moderna ocidental e instrumental em relação de exploração e expropriação da natureza, possibilitam a emergência de uma noção de ecologia política e uma racionalidade de ele denomina de racionalidade ambiental.

Ao estudar experiências agroecológicas de agricultores familiares do Estado do Paraná, Brandenburg e Ferreira (2012) argumentam que essas experiências agroecológicas criam uma ruralidade, racionalidade e novos atores socioambientais, que por meio de suas práticas, subjetividades, identidades, territórios e ruralidades, tencionam a racionalidade moderna instrumental e se recriam de forma positivada.

A ecologia e o diálogo de saberes (LEFF, 2014) são acionados nesses processos sociais, como epistemologia, metodologia e prática pedagógica de ensino-aprendizagem, do pensar e do agir ecológico reflexivo, onde o diálogo entre conhecimento científico e culturas é produzido na construção de alternativas.

No âmbito das relações de gênero e agroecologia, Siliprandi (2015) destaca o papel proativo das mulheres na construção política da agroecologia. E descreve, a partir do registro de histórias de vida, como essas mulheres tencionaram a racionalidade moderna ocidental e patriarcal, se construindo como atores

socioambientais.

Valdete Boni (2012) e Boni e Paulilo (2017) analisam a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Elas destacam o caráter prático, ativo, anticapitalista e ambientalista deste movimento e, que a emergência de iniciativas feministas ecológicas tem se dado a partir da valorização de hortas e cultivos tradicionalmente realizados pelas mulheres.

Percebe-se que estes estudos feministas sobre agroecologia vêm sendo realizados em diálogo com as experiências empíricas e referências ecofeministas principalmente de Shiva e Mies (1993), Warren (2003) e Puleo (2013). Destacando a relevância da continuidade, ampliação e adensamento de estudos ecofeministas latino-americanos.

Emergências das Sem Terras para se pensar caminhos ecofeministas populares

No âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra diversos estudos têm sido realizados nas últimas décadas, buscando compreender as relações de gênero nesses contextos, com enfoque nos estudos de Esmeraldo (2004), Bruno et. al, (2011), Neves e Medeiros (2013) e Schuwendler (2015).

Esses estudos, com diferentes formas e olhares, destacam como os protagonismos das mulheres, a partir deste movimento social, tem conseguido promover reconstruções de relações de gênero. No entanto, esses estudos destacam que, tanto grupos produtivos, quanto a organização sócio-política do movimento social, por si só não têm conseguido transformar plenamente essas relações, pois os conflitos com a racionalidade instrumental patriarcal são constantes, mesmo dentro do movimento social (BRUNO et. al., 2011).

No âmbito da intersecção entre gênero e agroecologia em contextos de reforma agrária, destacamos os estudos de Vasconcelos (2015). Essa autora destaca que a inclusão da pauta da segurança alimentar e nutricional construída historicamente pelas mulheres alteraram os sentidos da Reforma Agrária.

Através das análises de dados obtidos em todas as experiências de campo observadas no Estado do Paraná, nota-se que as mulheres têm protagonizado processos de ecologização de áreas de reforma agrária, sendo as Jornadas de Agroecologia, consideradas por elas um dos principais espaços para aprendizagem e troca de experiências sobre agroecologia. Na fala de uma das entrevistadas:

E: e em que essas jornadas de agroecologia agregaram para vocês nessa construção?

EB: ah, anteriormente a gente não fazia troca de sementes [...] Porque quando a gente optou por trabalhar mesmo só na linha da agroecologia, a gente se deparou que a gente não tinha mais sementes. Não tinha mais mudas de nada, porque o convencional vai eliminando tudo essas coisas, o agronegócio elimina tudo. A gente não tinha mais nada[...]. A gente foi resgatando. Uma semente de abóbora. Muitas coisas. Daí essa da jornada das trocas de sementes, nossa é uma questão muito forte. Porque em um espaço que você vai lá, as pessoas compartilham sementes, mudas tudo né. Outras as oficinas também. (Entrevistada EB).

Elas relatam que, com os conhecimentos e as sementes que receberam e compartilharam nas

jornadas, começaram a praticar agroecologia em seus lotes, essencialmente pelo cultivo de hortas, quintais, pomares mistos e agroflorestas.

Considerando-se os territórios cultural e historicamente vinculados ao domínio doméstico, reprodutivo e da subsistência, mantidos pelas mulheres, porém não valorizados monetária e simbolicamente (PAULILO e BONI, 2017), as Sem Terras também tem visto nas hortas e na agroecologia uma possibilidade de valorização monetária, e de posituação de si mesmas, de seus conhecimentos e práticas de agricultura. Na fala de uma das mediadoras, ela esclarece esse fenômeno da seguinte forma:

S: é, porque elas viram que era possível ter renda a partir do trabalho que elas fazem, entorno da casa, criar processo de diversificação, cuidado com as sementes, mesmo a qualidade da alimentação da família, da saúde. Que são aspectos que elas apontam que melhorou muito a partir da decisão de fazer a transição para a agroecologia. [...] A agroecologia devolveu para as mulheres o lugar delas na agricultura (Entrevistada S).

O território, tal como definido por Haerbarth (2007), tem uma conotação material e simbólica, com identificação (positiva) e afetiva (apropriação) e tem a ver com relações de poder:

Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação ("possessão", "propriedade"), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAERSARTH, 2007 p. 19-20).

Dessa forma, compreendemos que a agroecologia tem possibilitado às Sem Terras, tanto a apropriação simbólica, quanto funcional desses territórios que foram, historicamente, trabalhados pelas camponesas.

Esse processo tem tornado possível visibilizar práticas e saberes ecológicos construídos por estas mulheres, valorizando e positivando tanto sua capacidade de geração de autonomia monetária, de construção cognitiva da agricultura ecológica, como a construção de redes de agroecologia e agroalimentares, o que está diretamente relacionado ao empoderamento social que elas têm conquistado.

O empoderamento tal como compreendido por Léon (1997), articula indivíduo e coletividade na promoção da autoestima, da capacidade de tomada de decisões e de ação individual e coletiva:

El empoderamiento es un conjunto de procesos que pueden ser vistos en las dimensiones individual, colectiva y de relaciones cercanas, centrado alrededor del núcleo de desarrollo de la confianza, la autoestima, el sentido de la capacidad individual o grupal para realizar acciones de cambio y de la dignidad. Estos procesos no son fijos, sino que varían de acuerdo con el contexto y la experiencia de vida individual o grupal. En una situación dada es posible identificar los aspectos del contexto o de la organización que impulsan los procesos en empoderamiento y aquellos que los o inhiben. (LÉON, 1997, p. 230).

As mulheres entrevistadas destacaram que através da agroecologia puderam começar a comercializar e a ganhar dinheiro, através de feiras, venda de sacolas e para mercados institucionais



(Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE). Elas apontam que das rendas obtidas a gestão dos recursos seguem obedecendo a uma lógica de gestão camponesa familiar (PLOEG, 2008), onde os recursos são geridos pela família para subsistência familiar e reinvestimento no lote.

Elas destacam que com esse processo de ecologização, ampliaram o poder de tomada de decisão na família, e que não tem perdido essa capacidade, quando os esposos assumem atividades produtivas ecológicas junto com elas, sendo que em alguns casos, são elas que têm assumido a tomada de decisões no lote. Elas argumentaram que com essa melhora na autonomia financeira, dentre outras ações, têm ampliado e qualificado condições de participação em atividades socioprodutivas comunitárias, em cooperativas, associações, redes de agroecologia e agroalimentares.

Percebemos, todos os casos analisados, que as mulheres constituem a base de sustentação produtiva e social das redes agroalimentares e agroecológicas tecidas com Movimento Sem Terra no Estado do Paraná, por meio de cooperativas e associações de acampamentos e assentamentos rurais que abastecem mercados institucionais, feiras e outras construções sociais de mercados (MALUF, 2004), tanto nas cidades de Cascavel, quanto de Ponta Grossa, Londrina e de Curitiba (maiores cidades do Paraná).

Frente a processos de desumanização vivenciados em trabalhos precarizados urbanos, ou como arrendatárias rurais, as acampadas e assentadas entrevistadas afirmaram que, ocupar a terra e fazer agroecologia como tem praticado, também têm impactado direta e positivamente suas saúdes tanto física quanto mental, melhorando a sua autoestima, permitindo que se sintam mais seguras e realizadas.

Isso, segundo elas, se dá pela possibilidade de obtenção de melhores rendas monetárias, pela promoção de melhor alimentação da família, pelo orgulho e cuidado em produzir alimentos saudáveis para as crianças das escolas públicas, pelas possibilidades de aprendizagens e vivências ecológicas em redes de agroecologia, no convívio cotidiano com a natureza, com os filhos e próximo de casa.

No entanto, a construção dessas territorialidades, ontologias e subjetividades ativas socioambientais (LEFF, 2014; BRANDENBURG, 2012) e feministas (LUGONES, 2008), emerge e se afirma através da tensão constante com a colonialidade da natureza, do poder e de gênero, tanto no exterior quanto no interior das famílias, acampamentos, assentamentos, movimento social e redes de agroecologia.

No que se refere à divisão sexual do trabalho doméstico, observou-se que elas ainda permanecem realizando praticamente todos os trabalhos de cuidados (TRONTO, 2007), em duplas, ou mesmo triplas jornadas de trabalho diárias. E esse é um dos principais limites que elas descreveram para conseguir protagonizar e aprofundar processos coletivos e individuais de ecologização.

A campo a maioria delas relatou que no início da transição agroecológica seus maridos e homens da comunidade não acreditavam na agroecologia, “não deram bola”, ou a desqualificavam, continuando com a produção convencional de grãos, cereais e/ou trabalhos externos.

Em outros casos, embora no começo não tenham aceitado, aos poucos eles viram que essas produções de hortas e pomares poderiam gerar renda para sustentar a família toda, e criaram estratégias para abandonar ou diminuir progressivamente a produção convencional de grãos e trabalhos externos, para assumir junto com as mulheres a produção de hortas, pomares mistos e agroflorestas.

Essas ações tencionam para a desconstrução de binários de gênero relacionados a trabalhos de



homens e de mulheres, como produtivos e reprodutivos, públicos e privados, territórios distantes da casa (de “volume”, dos homens) e territórios próximos da casa (de “miudagem”, das mulheres), auxiliando na construção de relações de gênero mais equitativas, des-binárias e des-dicotomizadas na agricultura e em ruralidades (SHIVAS e MIES, 1993; PULEO, 2013; WAREN, 2003).

Para sustentar esses processos de ecologização, elas relatam que as jornadas de agroecologia, associadas à organização e à solidariedade das mulheres neste movimento social e em redes sociais feministas e de agroecologia territoriais e abrangentes, têm sido fundamentais. No dizer de uma delas:

V: então, minha filha, ela faz parte do coletivo, o marido dela, machista mesmo, Deus oh livre, o dia que a minha mulher começar a fazer alguma coisa para ela ter independência vou morar em um barracinho lá do lado, não moramos mais junto. E começamos no coletivo, eu, minha nora e minha filha. Daí o marido falou assim, ah você não é só ir trabalhar com aquela l. lá, eu quero tudo as coisas prontas aqui dentro de casa, eu quero tudo pronto dentro de casa, não quero um nada sem fazer dentro de casa. E pressionando ela, para que ela saísse, daí agora ele ajuda ela na horta. [...] então quer dizer, as mulheres levantaram a cabeça. (ENTREVISTADA V.).

Além disso, é relevante destacar que, embora tenham se empoderado individual e coletivamente através desses processos, as mulheres salientam que esse movimento é sempre tenso, lento e que necessita ser permanentemente retroalimentado. Na fala de uma delas, essa construção é expressa da seguinte forma:

S: como que a gente ouve as mulheres, como as mulheres se sentem dentro desse processo isso não é tão.... como vou dizer, não é tão fácil de você entrar nos espaços, então nós fomos construindo. Então, porque o movimento era um movimento de homens, depois o movimento começou a discutir gênero, porque as mulheres foram se impondo e foram se colocando, elas queriam participar desse projeto. [...] Mas as mulheres sempre têm que ficar brigando pelo seu espaço. (ENTREVISTADAS S. e G.).

Além disso identificou-se que, ao longo destes 17 anos de jornadas de agroecologia, as categorias gênero, embora tenham aparecido em algumas jornadas, principalmente naquelas realizadas em territórios com agências feministas e debates de gênero (oeste, sudoeste e Curitiba), foram temas abordados como especificidades e subjetividades, e não como categorias interseccionais que atravessam relações de exploração, dominação e desumanização, tal como conceituadas por Lugones (2008).

Uma das entrevistadas esclarece que, ao longo dos anos, as Jornadas de Agroecologia, como movimento social, foram construindo uma noção específica de agroecologia: “[...] de entender o que é a agroecologia, dela ser um projeto amplo, político, muito mais que mudar uma matriz tecnológica, mudar um jeito de viver” (Entrevistada C.).

Considerando a relevância da construção dessa concepção própria de agroecologia e a partir da análise dos documentos e observações das jornadas, na crítica ao modelo hegemônico de agricultura e na anúnciação dessa perspectiva de agroecologia camponesa popular, pudemos constatar que esses protagonismos das mulheres não estão visibilizados, sendo que a categoria gênero não aparece como categoria transversal, permanecendo a família nuclear como unidade de análise principal.



Ao assumir essa visão não interseccional das relações de gênero na sociedade e nas relações sociais camponesas, compreendemos que se reproduzem relações eurocêntricas e patriarcais de colonialidade de gênero (NEVES e MEDEIROS, 2013; LUGONES, 2008), limitando e emergência de interpretações capazes de reconhecer e visibilizar as autorias das mulheres na produção da agroecologia.

Uma das mediadoras entrevistadas argumentou que é preciso às mulheres “[...] se apropriar da autoria da agroecologia” (Entrevistada P.), como meio de posituação, reconhecimento e valorização dos protagonismos das mulheres na construção da agroecologia, como uma das possibilidades de construção interseccional de se pensar ecofeminismos Sem Terras e a desconstrução da colonialidade do poder, de gênero e da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da perspectiva epistemológica adotada, buscamos compreender e analisar como as mulheres sem terras tem se engajado na construção da agroecologia no Estado do Paraná e em que medida esses processos têm possibilitado reconstruções positivadas de relações de gênero.

Através das experiências observadas, analisamos que a apropriação feminina da agroecologia tem possibilitado empoderamento das mulheres, o que tem se dado através da apropriação de novos conhecimentos, sementes e trocas de experiências obtidas; pelas experiências desenvolvidas nos territórios dos lotes; e pela geração de renda que é possibilitada por meio dessa produção.

No entanto identificamos que esses processos são sempre tensos com a colonialidade do poder, do gênero e da natureza, ativos tanto dentro quanto fora dos territórios da reforma agrária. Para isso solidariedades femininas dentro do movimento e em redes feministas e de agroecologia têm sido relevantes.

Por fim, percebemos que tanto nas jornadas de agroecologia quanto nas concepções e experiências agroecológicas socializadas nestes espaços, falta as mulheres se apropriarem da autoria da agroecologia, sendo visibilizadas e reconhecidas como protagonistas desses processos.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS. 2009.
- BONI, V. De Agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Tese de Doutorado. PPG Sociologia Política. UFSC. 2012.
- BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A, D, D. **Agricultores ecológicos e o meio ambiente rural: visões interdisciplinares**. São Paulo: Annablume. 2012.
- BRUNO, R. et. al. Organização produtiva das mulheres assentadas da Reforma Agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I.(Org's.). **Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA 2011. p. 55-86.
- ESMERALDO, G, G. S. o MST sob o signo de uma economia subjetiva o assentamento José Lourenço. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. 2004.



- HAESBARTH, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* - Ano IX - No 17 – 2007.
- KIAN, A. Introduction: genre et perspectives pos/dé-coloniales. In **Les cahiers du CEDREF**. Genre et perspectives postcoloniales. Université Paris Diderot – Paris 7. 2010.
- LEFF, E. **La Apuesta por la vida**: imaginación sociológica e imaginarios sociales en los territorios del sur. São Paulo: Editora Vozes. 2014.
- LEON, M. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Tercer Mundo S.A. Bogotá. 1997;
- LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, jul.-dic. 2008.
- _____. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. P. 935-952.
- MIES, M; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. São Paulo: Epistemologia e Sociedade. 1993
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIÑOSO, Y, E; CORREAL, D, G; MUÑOZ, K, O. (org) **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en *Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.
- NEVES, D.P.; MEDEIROS, L. S. **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói. Editora Alternativa, 2013.
- PÁDUA, J, A. Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil. In: Pádua, J. A. (org.) **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo/IUERJ, 1987.
- PAULILO, M. I. S.; BONI, V. Movimentos de mulheres agricultoras e ecologia. In: Delgado, G.C. Bergamasco, S.M.P. (Org's.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. P. 398-417.
- PLOEG, J. D.V. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008
- PULEO, A. **Ecofeminismo para otro mundo posible**. Kobo Editions. ES. 2013.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLASCSO, 2005, 117-143.
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.
- SOUSA SANTOS, B. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- STASSART, P. M. et al. L'agroécologie: trajectoire et potentiel pour une transition vers des systèmes alimentaires durables. In: VAN DAM, D.; STASSART, P. M.; NIZET, J.; STREITH, M. **Agroécologie entre pratiques et sciences sociales**. Dijon: Educagri édition, 2012.
- SVAMPA, M. Feminismos del Sur y ecofeminismo. **Nueva Sociedad** Nº-256, mar-abr. de 2015. p.127-131.
- TRONTO, J. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.
- VASCONCELOS, B.M. Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia. In: NOVAES, E. et. al. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. Vol. I. 1.ed.—São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.341-369.



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TENSÕES, CONFLITOS E SUAS CONDIÇÕES

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M(ORG.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. 2009.

WARREN, K.J. **Filosofias ecofeministas**. Icaria Editorial. 1996.